

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A QUESTÃO AGRÁRIA E A PARTICULARIDADE DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Paulo Roberto de Sousa Silva¹

RESUMO

Produzido no âmbito do curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, com o recurso da pesquisa bibliográfica, o estudo analisa as concepções de questão social e questão agrária, a partir do referencial marxista e da particularidade brasileira. E aponta possíveis nexos, declinando hipoteticamente que, se a questão social se constitui a partir da contraditória relação capital-trabalho, resultante da lei geral de acumulação capitalista, como um conceito que expressa manifestações da totalidade do modo de produção capitalista; e sabendo-se que suas manifestações concretas expressam as particularidades histórico-culturais, dos diferentes estágios do capitalismo, das formas de Estado, e das conjunturas específicas dos Estados nacionais, a particularidade da questão social no Brasil tem raízes na questão agrária e nos seus desdobramentos na formação social brasileira.

Palavras-chave: Questão social. Questão agrária. Formação social brasileira.

ABSTRACT

Produced within the scope of the doctoral course in the Postgraduate Program in Public Policies at UFMA, with the resource of bibliographical research, the study analyzes the conceptions of social question and agrarian question, from the Marxist reference and the Brazilian particularity. And it points out possible links, hypothetically declining that, if the social issue is constituted from the contradictory capital-labor relationship, resulting from the general law of capitalist accumulation, as a concept that expresses manifestations of the totality of the capitalist mode of production; and knowing that its concrete manifestations express the historical-cultural particularities, of the different stages of capitalism, of the forms of State, and of the specific conjunctures of the national States, the particularity of the social question in Brazil has roots in the agrarian question and its consequences in the Brazilian social formation.

Keywords: Social issues. Agrarian question. Brazilian social formation.

1 INTRODUÇÃO

¹ Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Mestre em Educação Brasileira; prs.silva@ufma.br.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Sem entrar na polêmica discussão da polissemia de concepções que esses termos denotam, pretendemos aqui, a partir do paradigma marxista, pontuar alguns nexos entre a questão agrária e a particularidade da questão social no Brasil contemporâneo.

Para tanto, com o recurso da pesquisa bibliográfica, propomos na seção seguinte uma delimitação do conceito “questão social”, dentro do citado quadro teórico, fundado na lei geral da acumulação capitalista, e uma breve contextualização histórica com referência na particularidade brasileira. Feito esse movimento, recuperamos a discussão sobre a questão agrária no Brasil, novamente, privilegiando o paradigma desenvolvido nos marcos da teoria marxista, e situando-a historicamente.

Por fim, a título de considerações finais; contudo, com caráter de considerações preliminares, discorreremos breves reflexões em torno de possíveis nexos entre a questão agrária e a questão social brasileira, declinando hipoteticamente na afirmação de implicações da questão agrária na particularidade com que as manifestações concretas da questão social brasileira se expressam.

O estudo que subsidia a escrita do texto está circunscrito na pesquisa de doutorado e nas disciplinas que o constituem, em curso no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, cujo *lôcus* da investigação compreende o campo brasileiro, e nas reflexões tecidas nos estudos e interlocuções acadêmicas no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas de Educação (GEPPE) e no Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais (OPPLS) da UFMA.

2 A QUESTÃO SOCIAL: delimitando o conceito e o contexto

Considerando a diversidade de concepções e polêmicas que atravessam a questão social, carece iniciarmos com uma breve discussão a fim de demarcar a posição assumida na análise proposta.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Compartilhamos da compreensão da “questão social” como um conceito apreendido pelas expressões que o manifestam concretamente na realidade, com o qual corroboram lamamoto (2001, p.10), que a situa “enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas” e Netto (2001, p. 45), para o qual o “desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social””.

Se é verdade que suas manifestações imediatas expressas na pobreza, na exploração e nas desigualdades, antecedem ao modo produção capitalista, como problemas sociais presentes nas sociedades pré-capitalistas, decorrentes da divisão social do trabalho e desigual distribuição da riqueza; da propriedade privada; ou da escassez de produtos, em virtude do reduzido desenvolvimento das forças produtivas, contudo, é sob o capitalismo que esses problemas se recolocam como “questão social”.

Ocorre que, com a revolução industrial, “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42, grifos do autor).

A esse respeito Montañó (2012, p. 279, grifos do autor), recorrendo à teoria marxiana, explica que

[...] no modo de produção capitalista a pobreza (pauperização absoluta ou relativa, conforme caracteriza Marx, 1980, I, p. 747 e 717) é o resultado da acumulação privada de capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre donos dos meios de produção e donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos de riqueza e usurpadores do trabalho alheio. No MPC não é o precário desenvolvimento, mas o próprio desenvolvimento que gera desigualdade e pobreza. No capitalismo, quanto mais se desenvolvem as forças produtivas, maior acumulação ampliada de capital e maior pobreza (absoluta ou relativa) (cf. Marx, 1980, I, p. 712 e ss.). Quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza é expropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capital). Assim, não é a escassez que gera a pobreza, mas a abundância (concentrada a riqueza em poucas mãos) que gera desigualdade e pauperização absoluta e relativa.

A “lei geral da acumulação capitalista” possibilita compreender como esse modo de produção ao mesmo tempo em que produz riqueza, ampliando o capital, contraditoriamente, produz exploração, desigualdade e pobreza. Sendo essa

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



dinâmica seu próprio fundamento. Do desenvolvimento capitalista resulta sempre maior apropriação privada e concentração da riqueza e, por consequência, aumento permanente da pobreza, da exclusão e das várias formas de desigualdades. (MONTAÑO, 2012, p. 279).

Revela também a insolubilidade da questão social sob a ordem do capital.

A análise marxiana da “lei geral da acumulação capitalista” [...] revela que o “desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social” [...] “A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (NETTO, 2001, p. 45).

Por outro lado, conforme Cerqueira Filho (1982) e Netto (2001), é sob a ordem capitalista que o conjunto de problemas sociais, econômicos e políticos resultantes da relação estabelecida entre capital e trabalho, assumem uma natureza sistêmica e explicitam o antagonismo entre suas classes fundamentais, provocando a atuação política da classe dominada frente aos interesses da classe dominante e a necessária resposta do Estado, constituindo-se como uma “questão social”.

Desse modo, a “questão social” é um fenômeno historicamente situado, cuja gênese encontra-se na sociedade capitalista, que conjuga não somente as expressões das desigualdades inerentes a esse sistema, mas as lutas sociais que se movem no seu enfrentamento.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2005, p. 77),

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

São as revoluções que sacodem a Europa em meados do Século XIX que irão inserir o crescente proletariado, em condições de extrema exploração e pauperização, na luta política, explicitando o antagonismo de classes entre capital e trabalho,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



exigindo cada vez mais a intermediação do Estado, com resposta política a emergente questão social.

Para Netto (2001, p. 44-45, grifos do autor),

[...] uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si a classe para si. As vanguardas trabalhadoras acederam, no seu processo de luta, à consciência política de que a “questão social” está necessariamente colada à sociedade burguesa: *somente a supressão desta conduz à supressão daquela.*

Certamente que essa concepção que percebe a questão social implicada nas relações de classes da sociedade capitalista, construída a partir da teoria marxista, não é a única abordagem presente na teoria social, diferentes concepções explicam suas origens e propõem variadas formas de enfrentamento. O pensamento burguês, a partir das teorias funcionalistas, irá situá-la como uma disfunção natural, uma desintegração da ordem social que, conforme a conjuntura, poderá ser tratada com ações políticas pontuais, compensatórias ou de integração; ou, ainda, como caso de polícia. (CERQUEIRA FILHO, 1982).

Contraopondo-se ao ponto de vista burguês, reiteramos o posicionamento crítico nos termos da afirmação de Netto (2001, p. 46), segundo o qual,

A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem nada a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociedade erguida sob o comando do capital.

No entanto, embora seja a “lei geral da acumulação capitalista” o fundamento da questão social, suas manifestações concretas expressam as particularidades histórico-culturais, dos diferentes estágios do capitalismo, das formas de Estado, e das conjunturas específicas dos Estados nacionais.

Nesse mesmo sentido, Iamamoto (2013, p. 330-331) afirma que

A “questão social” condensa múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada dos frutos do trabalho, a “questão social” atinge

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992), embate pelo respeito aos direitos civis, políticos e sociais.

Wanderley (2008), sem ignorar suas implicações com a expansão do capitalismo industrial e, portanto, da determinação da acumulação capitalista sobre a questão social na América Latina, destaca as particularidades histórico-culturais decorrentes da invasão e colonização europeia, evidenciando a necessidade de considerar suas peculiaridades nas análises da questão social latino-americana.

No Brasil, as variadas formas de exploração, miséria e desigualdades que expressam a questão social desembarcam das caravelas portuguesas e seu projeto de colonização e, em reação a estas irão ocorrer diversos episódios e desenvolver-se variadas formas de lutas sociais. Contudo, conforme Cerqueira Filho (1982), como “questão social” tais fenômenos se colocam somente a partir do final do século XIX, por ocasião do fim do trabalho escravo e a emergência de uma classe trabalhadora operária, nos primórdios da industrialização no país, sendo tratada como caso de polícia.

Ainda segundo o autor, é somente a partir dos anos 1930 que a questão social se legitima, requerendo do Estado respostas políticas, sobretudo na regulamentação das questões trabalhistas, do que é exemplar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943. Com isso tem-se “o reconhecimento explícito da questão social, e implícito da classe operária” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 75).

Nas décadas seguintes, a questão social no Brasil segue sendo enfrentada, pelo Estado burguês, de forma coercitiva ou consensual, recorrendo-se à repressão policial e ou a respostas no âmbito das políticas públicas, conforme as variações na forma do Estado brasileiro e das correlações de forças na luta de classes.

Sobre a particularidade de nossa questão social, Santos (2012), seguindo outros estudiosos do tema no Brasil, explicita suas implicações com a formação social brasileira, considerando o peso da colonização; as especificidades e longevidade do trabalho escravo; e o caráter conservador, retardado e dependente do capitalismo à brasileira.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Mesmo os ares democratizantes e de inspiração no Estado de bem-estar que sopraram a Constituição de 1988, levando os mais desavisados a supor uma correlação de forças mais equilibrada entre capital e trabalho e uma resposta proativa do Estado à questão social, no âmbito das políticas sociais, arrefeceram ante o recrudescimento neoliberal que já assolava o mundo, num esforço por parte do capital ante a crise estrutural que tensiona a relação capital-trabalho desde o final dos anos 1970, numa reestruturação produtiva, com a financeirização da economia em escala mundial e na reconfiguração do Estado capitalista contemporâneo, produzindo mais pobreza, desemprego, exploração e desigualdades.

Para Iamamoto (2013, p. 332),

Existe uma estreita relação entre a responsabilidade dos governos nos campos monetário e financeiro e a liberdade dada aos movimentos do capital transnacional para atuar, no país, sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para se valorizarem na esfera financeira. Esse processo redimensiona a “questão social” na cena contemporânea, radicalizando as suas múltiplas manifestações.

No estágio atual do capitalismo financeiro e sua forma ultraliberal, cada vez mais, máximo para o capital e mínimo para o social; com o desmonte das políticas públicas e das legislações de proteção do trabalho e dos direitos sociais, mediante uma série de reformas na estrutura do Estado brasileiro, numa verdadeira reedição da Constituição de 1988 via Emendas Constitucionais, ao mesmo tempo em que a questão social agrava-se, as respostas são transferidas para a esfera do mercado ou, novamente, tratadas como caso de polícia.

3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Situada a questão social, seguindo o propósito do texto, recorreremos a uma breve conceituação e contextualização da questão agrária no Brasil, a fim de explicitar alguns nexos dessas questões na particularidade do Estado brasileiro.

Aqui também não entraremos no pantanoso terreno da discussão teórica das concepções sobre a questão agrária, nos ocupando tão somente de explicitar o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

posicionamento assumido em convergência com o paradigma da questão agrária, fundado na teoria marxista, a partir da síntese teórica proposta por Fernandes (2008).

Nesse quadro, a questão agrária refere-se ao desenvolvimento e aos conflitos relativos ao uso, posse e propriedade da terra num dado sistema econômico. Embora refira-se a um fenômeno anterior ao capitalismo, configura-se particularmente em cada modo de produção. Portanto, ao analisá-lo na atualidade, nos referimos à questão agrária no capitalismo, cuja essência repousa na renda capitalizada da terra.

No Brasil, além da renda capitalizada da terra, a questão agrária é constituída, também, pela concentração da terra. Nesse caso, a disputa travada entre o campesinato e o capital acontece em torno da terra e do projeto de desenvolvimento, razão pela qual Fernandes (2008, p. 4) refletiu que

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da *sujeição da renda da terra ao capital*. (Martins, 1981, p. 175, grifos do autor)

Desde os tempos mais remotos, a propriedade da terra sempre esteve na base do poder. E a história da humanidade tem sido, em grande medida, a história da luta pela terra. No caso brasileiro, segundo Morissawa (2001, p. 57),

Podemos dizer que a luta pela terra no Brasil nasceu naquele mesmo instante em que os portugueses perceberam que estavam em uma terra sem cercas, onde encontravam tudo muito disponível.

Determinaram, então, que todo aquele território pertencia à Coroa portuguesa, o que sustentaram por força da violência, da qual resultou o genocídio que quase exterminou a população originária. Com o sistema de sesmaria, inauguraram uma estrutura fundiária que daria origem à concentração de terras e ao latifúndio, formalizada em sua natureza mercantil e capitalista com a Lei de Terras de 1850, que conferiu o *status* de propriedade privada.

A concentração privada de terras tem sido uma marca que se perpetua ao

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

longo da história de nosso país, atravessando os diversos contextos socioeconômicos, até os dias atuais. Segundo o estudo de Pinto et al. (2020) com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, o “estrato dos 10% maiores imóveis ocupam 73% da área de uso privado do Brasil, enquanto o estrato dos restantes 90% menores imóveis ocupa somente 27% da área. Em todos os estados brasileiros os 10% maiores imóveis detêm mais de 50% da área”.

À privatização das terras alia-se o caráter exógeno da colonização portuguesa, que insere o Brasil no processo de mundialização do capitalismo, numa relação subordinada a partir dos interesses do capital estrangeiro, condição ainda hoje não superada. Nesse cenário, o fornecimento de matérias primas, minérios e produtos agrícolas para a emergente sociedade industrial europeia dão o caráter rural da formação da sociedade brasileira, que vai se estender até meados do século XX.

O Brasil rural, do período colonial ao início da república, faz-se a partir do encontro entre os europeus, os nativos e os africanos aqui escravizados, numa relação desigual marcada pela opressão e pela resistência, conformando uma sociedade apartada, dos pontos de vista social, econômico e político, com particular nuance racista; com uma imposição da cultura dominante, de matriz europeia, sobre as demais; e a concentração de terras, riquezas e poder.

Segundo Sampaio Jr. (2013, p. 190), as raízes coloniais vão estabelecer “o latifúndio e a superexploração do trabalho como pilares fundamentais da vida econômica e social no campo”, por um lado, concentrando riqueza e poder numa assimetria abismal entre capital e trabalho; e, por outro, constituindo um enorme exército de reserva que viabiliza a superexploração do trabalho no campo e na cidade.

É somente a partir do final do século XIX, com a abolição dos escravos, a Proclamação da República e a emergência do capitalismo industrial no Brasil, acentuado na segunda metade do século XX, que a sociedade brasileira, seguindo a ordem do capitalismo internacional, intensifica seu processo de industrialização e urbanização.

As indústrias ganham importância econômica e as cidades o *status* de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



modernidade, ao mesmo tempo em que o campo vai sendo negado e inserido nesse projeto como realidade a ser superada. O futuro da sociedade estaria nas cidades, lugar do progresso, do desenvolvimento, da vida. Ao campo restaria o atraso, o flagelo da seca, as velhas fazendas improdutivas, a “política dos coronéis”, a “morte severina”.

Contudo, o latifúndio resiste cumprindo seu papel na estrutura do capitalismo no Brasil, como um “elemento estratégico do padrão de acumulação e do padrão de dominação do capitalismo dependente como um todo”, reproduzindo “o extraordinário desequilíbrio na correlação capital-trabalho”, que “é uma premissa da superexploração do trabalho”, e “a brutal assimetria na correlação de forças entre os “proprietários” e os “não proprietários”, “um dos pilares fundamentais que sustenta o Estado autocrático burguês”. (SAMPAIO JR., 2013, p. 201).

Nas três últimas décadas, a partir da reestruturação do capitalismo no Brasil, verifica-se um processo de expansão capitalista aos últimos rincões, onde até então só debilmente chegava, intensificando o processo de modernização do campo, com o agronegócio, que tem possibilitado, através da tecnologia, aumentar a produção e a produtividade agrícola com superexploração do trabalho e da natureza.

Nesse contexto, o Brasil vem ocupando na economia mundializada uma posição de fornecedor de grãos (*commodities*), que tem conferido uma nova importância econômica para o campo, e este tem sido posto, cada vez mais, como lugar de negócio. Um campo sem camponeses, que necessita apenas de uma pequena quantidade de mão de obra qualificada dentro dessa nova matriz de produção, baseada na tecnologia, nos agrotóxicos, nos transgênicos e na padronização dos alimentos.

O desenvolvimento do agronegócio como projeto do capital para o campo, demanda vastas extensões de terras desocupadas, maquinário com alta tecnologia, reduzida mão de obra especializada e infraestrutura de energia e transporte. E contando com o empenho do governo brasileiro, com vultosos investimentos para o setor, não encontra obstáculos para expandir-se; exceto, pelo fato de que apesar de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



todo o abandono a que foi relegada a população camponesa, muitos permanecem no campo.

Se, outrora, a cidade, em sua avidez de mão de obra operária, oferecia como atrativos o trabalho assalariado precário e condições de vida que superavam a escassez rural; nos últimos anos, essa história vem mudando de rumo. O encanto das cidades se desfaz, nela não cabem todos – na verdade nunca coube – mas cada vez mais aumenta o número dos que sobram. Aumenta o desemprego, as favelas, a poluição, a violência e a miséria. O modelo de desenvolvimento capitalista arrasta-se de uma crise a outra, mantendo os lucros sempre às custas do aumento da exploração do trabalho, das tecnologias e dos recursos naturais.

Esse é o palco onde irão estrear os mais violentos conflitos contemporâneos de enfrentamento dos trabalhadores camponeses e o capital financeiro internacional, empreendedor da moderna indústria agrícola. Pressionados a abandonar suas terras e sem alternativas reais de sobrevivência, no campo ou na cidade, os camponeses, nos seus mais variados contextos e nas mais variadas formas de luta, resistem. E de onde era só calma veio guerra; e onde parecia deserto se viu gente. De norte a sul do país testemunhou-se, nas últimas décadas, a presença, a organização e a luta dos indígenas, dos quilombolas, dos seringueiros, dos pescadores, dos sem terras. Uma luta pela vida e por modos de vida contraditórios com o projeto de campo do capital.

Na atualidade do capitalismo no Brasil, o campo ganha nova importância econômica e perspectivas de futuro com o agronegócio, o hidronegócio, a mineração, o negócio da energia e as várias formas de avanço do capital sobre o meio rural. Porém, a resistência camponesa, expressa nas diversas formas de produção e ocupação de territórios, possibilita vislumbrar o futuro do campo, também, como lugar de viver, a partir da perspectiva dos povos originários, tradicionais, trabalhadores do campo. Nesse sentido, Fernandes (2004) afirma que já não basta conquistar a terra, é necessário constituir um território camponês.

Se por um lado, a atualidade do capitalismo mostra a hegemonia do capital, no desenvolvimento das forças produtivas do campo, com o avanço acelerado da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



territorialização do agronegócio; por outro, a luta pela terra, promovida pelas variadas organizações indígenas e camponesas, tem permitido avançar, embora em menor velocidade, territorialidades sob as mais variadas configurações jurídicas – áreas indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos de reforma agrária – que possibilitam o acesso do trabalhador à terra, principal meio de produção, e de um relativo controle do processo de trabalho. Submetidos a uma economia capitalista, o mercado e as políticas públicas acabam por limitar bastante essa autonomia. Contudo, constituem-se territórios de resistência, tensões e contradições ao modo de produção capitalista. (FERNANDES, 2004).

Sob tenso conflito, numa correlação de forças absurdamente desigual, o capital intensifica a concentração de terras e “acirra ainda mais as terríveis contradições que opõem o latifúndio ao homem pobre”. (SAMPAIO JR., 2013, p. 191). Pelo Censo Agropecuário de 2017, estima-se um índice de Gini em torno de 0,8 pontos, um dos mais elevados indicadores de concentração privada da terra do mundo, com curva crescente, não somente mantendo a herança colonial, cuja estrutura fundiária tem sido estável ao longo da história; mas intensificando-a, “numa perfeita simbiose entre modernização técnica e latifúndio”. (SAMPAIO JR., 2013, p. 190).

Em contraparte, ao avanço do agronegócio e das desigualdades, segue o aumento da violência no campo, da fome, da pobreza, do desemprego e demais manifestações da questão social, confirmando “o papel determinante do latifúndio na reprodução das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais responsáveis pela perpetuação do regime de segregação social herdado do período colonial”. (SAMPAIO JR., 2013, p. 193).

4 CONCLUSÃO: alguns nexos entre questão agrária e questão social no Brasil

Pelas estimativas do IBGE para 2020, atualmente temos mais de 30 milhões de brasileiros vivendo na zona rural. A maior parte dessa população em condições precárias de sobrevivência. Resguardadas as devidas diferenças, não tem melhor

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sorte os cerca de 180 milhões que vivem nas cidades. Considerando-se exclusivamente as populações camponesas, esses números por si só justificariam a relevância da questão agrária contemporânea.

Contudo, as implicações da questão agrária nos condicionantes da relação trabalho-capital no atual estágio do capitalismo no Brasil dizem respeito ao destino de toda população brasileira, uma vez que representa um conjunto de contradições decorrentes da apropriação capitalista da terra, historicamente marcado pela concentração das terras e das riquezas, acompanhada da produção de miséria, exclusão, violência e as mais variadas formas de desigualdades no campo e na cidade, bem como das lutas dos camponeses, por direitos, por terra, por território e, em última instância, contra o avanço do capitalismo no campo, situando a questão agrária como uma particularidade da questão social no Brasil.

Por outro lado, a superexploração do trabalho, no campo e na cidade, com a captura da renda da terra pelo capital, a crescente precarização do trabalho e o desemprego estrutural; a elevação do pauperismo com mais de 28 milhões abaixo da linha de pobreza, segundo a Fundação Getúlio Vargas, e cerca de 55% da população brasileira em situação de insegurança alimentar ou fome; os crescentes índices de violência no campo e na cidade, inclusive com números crescentes nos conflitos de terra, são expressões da questão social brasileira que, segundo Sampaio Jr. (2013, p. 193), “encontra-se na relação umbilical entre a concentração da propriedade fundiária e a presença de um gigantesco exército industrial de reserva permanentemente marginalizado do mercado de trabalho”.

As heranças coloniais da formação brasileira perpetuadas ao longo do seu desenvolvimento, fundadas na concentração da terra, que se intensifica com o agronegócio; o padrão de acumulação e dominação do capitalismo dependente, erguido sobre um fosso entre as classes sociais, num abismal desequilíbrio entre capital e trabalho, e numa subserviência ao capital estrangeiro, às custas da superexploração do trabalho e da natureza; e o gigantesco e crescente exército de reserva, que intensifica a exploração do trabalho, acirram não somente as “terríveis

PROMOÇÃO



APOIO



contradições que opõem o latifúndio ao homem pobre” (SAMPAIO JR., 2013, p. 191), mas às contradições que opõem o capital ao trabalho, explicitando nexos entre a questão agrária e a questão social no Brasil.

Certamente, que essa relação precisa ser melhor examinada, requerendo um esforço investigativo e analítico de maior fôlego e com maior rigor que o exercício aqui empreendido. Contudo, consideramos que o exposto nos conduz a afirmar, ainda que como hipótese, que se a questão social se constitui a partir da contraditória relação capital-trabalho, resultante da lei geral de acumulação capitalista, como um conceito que expressa manifestações da totalidade do modo de produção capitalista; e sabendo-se que suas manifestações concretas expressam as particularidades histórico-culturais, dos diferentes estágios do capitalismo, das formas de Estado, e das conjunturas específicas dos Estados nacionais, a particularidade da questão social no Brasil tem raízes na questão agrária e nos seus desdobramentos na formação social brasileira.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Delimitação conceitual de campesinato**. Texto, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19ª ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no Capitalismo**. In Revista Temporalis. Ano II. nº 3, ABEPSS, 2001.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais.** SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017.** Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 24 de janeiro de 2022.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seus enfrentamentos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo, Expressão Popular, 2001.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da questão social.** In Revista Temporalis. Ano II. nº 3, ABEPSS, 2001.

PINTO, Luís Fernando Guedes et al. Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil: o mapa da desigualdade. **Sustentabilidade em debate**, nº 10, abril/2020.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária.** In: STÉDILE, João Pedro (org.). A Questão Agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. (p. 189- 240). (Col. A Questão Agrária, vol. 8)

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”:** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de serviço social, v. 6).

WANDERLEY, Luis E. **A questão social no contexto da globalização:** o caso latino-americano e caribenho. In: BÓGUS, Lúcia et al. (orgs). São Paulo: EDUC, 2008.

PROMOÇÃO



APOIO

